

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.160 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2000

CPI vai apurar denúncias de sonegação e transações irregulares no futebol

Senado aprova proposta de Álvaro Dias para instalar uma comissão parlamentar de inquérito. Objetivo é investigar o não recolhimento de impostos e contribuições pelos clubes, suspeitas de fraude na declaração dos valores de venda de passes de jogadores e possível ilegalidade no contrato de patrocínio firmado entre a CBF e uma empresa de artigos esportivos

PÁGINA 3

Autorizada criação de universidade federal no Tocantins

PÁGINA 2

APÓS LONGO DEBATE, COMISSÃO APROVA NOMES PARA A DIRETORIA DA ANA

Comissão de Infra-Estrutura recebeu denúncias anônimas, mas decidiu aprovar quatro dos cinco indicados e deliberar sobre o último no próximo mês

PÁGINA 5



Antonio Carlos: contrário a mais dinheiro público na obra

ACM propõe concluir obra do TRT-SP com a venda de bens de quem se locupletou

Senador Antonio Carlos Magalhães sugere o seqüestro e a venda dos bens dos responsáveis pelos desvios na obra do fórum trabalhista de São Paulo. O dinheiro seria usado para concluir o prédio.

PÁGINA 3

Parlamentares apóiam o orçamento impositivo

PÁGINA 4



Bernardo Cabral

Reforma do Judiciário pode ser melhorada, afirma Cabral

PÁGINA 8



Heloísa Helena

Heloísa quer perdão de dívidas dos países pobres

PÁGINA 6

Estímulo ao voluntariado foi destaque na semana

PÁGINA 4

Tocantins terá sua primeira universidade federal

Antiga reivindicação dos parlamentares do estado, proposta de criação de uma fundação vinculada ao MEC tramitou com urgência nas comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania e foi aprovada pelo Plenário

O Plenário aprovou ontem projeto de lei da Câmara que autoriza o Executivo a constituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins, vinculada ao Ministério da Educação. A proposta, antiga reivindicação dos parlamentares daquele estado, tramitou com urgência pelas comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e pela Câmara dos Deputados. Tocantins é o único estado da Federação sem uma instituição federal de ensino superior.

Na votação da matéria, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou que a criação da universidade representa uma grande conquista, desejada desde a fundação do estado, há 11 anos. O senador informou que se trata, na verdade, da federalização da Universidade do Tocantins (Unitins).

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que a decisão do Senado representa a reparação de uma injustiça contra o estado e cumprimentou todos os que colaboraram na aprovação do projeto:



Eduardo destacou a conquista para o Tocantins. Quintanilha disse que a decisão repara injustiça e Patrocínio elogiou as autoridades que viabilizaram a universidade

parlamentares; o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; o ministro da Educação, Paulo Renato Souza; e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) também elogiou as autoridades que viabilizaram a decisão.

Antonio Carlos ressaltou que um estado não pode se desenvolver sem uma universidade. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) considerou a aprovação em tempo recorde da matéria uma demonstração inegável do prestígio do Tocantins junto ao governo federal e defendeu a necessidade de reestruturação do ensino superior. "Da forma como está,

não é respeitada a isonomia entre os estados, uns recebem mais recursos que outros", disse.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reconheceu o esforço do governo federal em prol da educação. O senador Roberto Freire (PPS-PE) aproveitou a ocasião para esclarecer que o PPS apóia a criação da universidade no Tocantins, diferentemente do que vinha sendo afirmado no estado. Em nome dos goianos, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) parabenizou os cidadãos do Tocantins. Como líder do PFL, o senador Hugo Napoleão (PI) cumprimentou o povo tocaninense pela conquista.

Projeto regula direito a atendimento especial

Portadores de deficiência, gestantes, lactantes e pessoas com 65 anos ou mais terão direito a atendimento prioritário nas repartições públicas, concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, conforme determina projeto aprovado ontem pelo Senado. Os senadores aprovaram a proposta original apresentada pelo ex-senador Francisco Rollemberg, rejeitando as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados que motivaram o reexame pelo Senado.

A aprovação da proposta original teve pareceres favoráveis das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nas quais a matéria foi relatada, respectivamente,

pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) e pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O voto de Marluce Pinto confirmou parecer anterior aprovado pela CAS, redigido pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

O projeto, que beneficia ainda as pessoas acompanhadas de crianças de colo e os deficientes mentais, depende de sanção presidencial.

Ainda na sessão de ontem foram aprovados dois decretos legislativos. Um deles outorga à Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá (PR) uma concessão de televisão, enquanto o outro renova a concessão da TV Globo de Juiz de Fora (MG). Ambos tiveram abstenção dos membros do Partido dos

Trabalhadores. As matérias seguem para promulgação.

Já o projeto de lei que inclui creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental entre os beneficiários do Simples teve sua votação adiada, uma vez que o senador José Jorge (PFL-PE) pediu 24 horas de prazo para proferir parecer pela Comissão de Educação.

José Jorge foi designado para relatar a matéria pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, depois de o Plenário aprovar requerimento do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) determinando o exame pela CE. A matéria teve parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual foi relatada pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Plenário aprova seguro para pescadores durante o defeso

O Plenário do Senado Federal aprovou, ontem, projeto que estabelece a concessão de seguro-desemprego aos pescadores durante o período em que a pesca é proibida para não atrapalhar a reprodução dos peixes, conhecido como defeso. Foram aprovadas duas emendas



Alcântara é autor do projeto que vai à Câmara dos Deputados

apresentadas em Plenário pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), com parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

A matéria, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi aprovada em turno suplementar – necessário para que se possa apresentar emendas ao texto que substituiu o projeto original (substitutivo) – e segue para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, os pescadores artesanais terão direito a um salário mínimo mensal durante o período de defeso, fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para receber o benefício, o pescador terá de apresentar certidão de registro de pescador profissional emitida há pelo menos um ano e atestado declarando o exercício da atividade.

Uma das emendas aprovadas mantém o pagamento nos casos de prorrogação do período de defeso, enquanto a outra obriga o Ibama a fixar o período de proibição da pesca pelo menos 45 dias antes de sua vigência.

O Plenário também aprovou a contratação de empréstimo de

US\$ 51 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinado ao Programa de Consolidação e Emissão (auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. A operação de crédito teve parecer favorável da Comissão de Assuntos

Econômicos, onde a matéria foi relatada pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

O dinheiro, segundo o relator, destina-se a investimentos em infra-estrutura econômica e social em projetos de assentamentos realizados no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. A contrapartida nacional, da União e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), será de US\$ 34 milhões. A matéria teve voto contrário, na comissão, do senador Roberto Requião (PMDB-PR).



SEXTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquêas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Antonio Carlos defende, para o término da obra, o uso dos bens dos acusados de irregularidades

ACM é contra o uso de mais recurso público na obra do TRT

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem, para a conclusão do prédio do fórum trabalhista de São Paulo, o uso dos bens dos responsáveis pelo desvio de R\$ 169 milhões da obra, em vez de serem utilizados novos recursos públicos. O senador afirmou que esteve com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que concorda com a proposta, e solicitou à Advocacia-Geral da União (AGU) que encontre uma fórmula jurídica para viabilizar a operação. Para Antonio Carlos, a saída poderia ser a edição de medida provisória.

— Não entendo como um fugitivo e ladrão comprovado como o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto ainda mantém seus bens e recebe aposentadoria todo mês. A conclusão da obra com dinheiro público recuperado de quem roubou seria uma grande lição e um grande exemplo do empenho crescente no combate à corrupção — disse.

O senador também é contra o uso do prédio, “transformado em símbolo da corrupção”, para atividades da Justiça do Trabalho. Sua principal objeção, entretanto, é quanto à alocação de mais recursos públicos para o término da obra.

— O governo federal e o Congresso Nacional não podem autorizar esses recursos. Só depois que o governo tomar os bens do sr. Nicolau, e de todos os que se locupletaram, e vender. Dos 169 milhões, tiram-se trinta, e acaba-se essa obra. Dinheiro novo não pode

ser dado, até porque o contribuinte já foi roubado. E remanejar verba para finalizar a obra onde tem corrupção, não. Vamos é acabar com o dinheiro roubado — defendeu.

Antonio Carlos acha que o governo deve tomar uma atitude imediata, editando medida provisória para permitir o seqüestro e a venda de bens do ex-juiz.

— Alguém tem dúvida de que o Nicolau roubou? Alguém tem dúvida que ele tem apartamento em Miami, casa em São Paulo, casa no Guarujá? E isso fica assim, impune? Não! Excesso de procedimentos legais com quem rouba o dinheiro do povo só faz enfraquecer a moralidade pública — afirmou.

O presidente do Senado também ressaltou a importância da atitude do Judiciário no combate à corrupção.

— Acredito que a Justiça não vai ficar aceitando sempre, como está, o Nicolau fugido receber salário, o Nicolau fugido ter auxílio-moradia. Isso são coisas imorais. Enquanto elas não terminarem, a Justiça fica desacreditada no país — disse.

O senador contestou ainda a tese de que o Judiciário poderia arranjar novos recursos para concluir o prédio.

— O Judiciário não tem dinheiro para isso, não. O Judiciário tem o dinheiro que nós colocamos no Orçamento, e quem paga é o contribuinte. E o contribuinte já foi roubado demais — acrescentou.

Antonio Carlos recebe cineasta

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, recebeu na manhã de ontem em seu gabinete o cineasta e produtor de cinema Luiz Carlos Barreto.

Foi uma visita de cortesia. Durante o encontro, Antonio Carlos e Barreto discutiram o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional.

Senado cria CPI para apurar irregularidades no futebol

A proposta para que comissão parlamentar de inquérito investigue denúncias na atividade esportiva foi apresentada por Álvaro Dias

O Senado criou ontem comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades no futebol brasileiro. Segundo o requerimento do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que propôs a CPI, apoiado por 38 senadores, o colegiado deve investigar denúncias de sonegação de contribuições e impostos por clubes e jogadores, irregularidades nas vendas de atletas brasileiros para o exterior e possíveis ilegalidades no contrato de patrocínio firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa de artigos esportivos Nike.

— A cada dia surgem denúncias de ilegalidades cometidas por diretores de clubes, jogadores, empresários e técnicos de nosso futebol. A importância do futebol em nosso país impõe-nos a obrigação de cuidar para mantê-lo no elevado patamar que alcançou — justificou Álvaro Dias.

O senador listou algumas das denúncias publicadas por jornais, como o fato de a Receita Federal já estar investigando sonegação de imposto de renda por clubes,



Álvaro Dias propõe que a CPI também investigue o contrato assinado pela CBF com a Nike

empresas patrocinadoras e jogadores. Outra denúncia, informou Álvaro Dias, mostra que apenas nos últimos dois anos a Receita multou em US\$ 23,6 milhões pessoas ligadas ao futebol. A prisão do presidente da Federação Paranaense de Futebol, condenado por apropriação indébita, também foi citada por Álvaro Dias no seu requerimento.

— O não recolhimento aos co-

res públicos de valores relativos a imposto de renda ou à contribuição previdenciária, descontados na fonte, por quaisquer entidades, configuraria fato ilícito que está sujeito ao poder de sindicância de comissão parlamentar de inquérito — destacou.

Segundo Álvaro Dias, o Banco Central também vem investigando a venda de passes de jogadores para o exterior. Teria sido constatada diferença, disse, de cerca de US\$ 40 milhões entre os valores que os clubes declararam ter recebido e a efetiva entrada de dólares no país. O senador também

propõe que sejam revelados os detalhes sobre o contrato de US\$ 400 milhões entre a CBF e a Nike.

— Há informações de que a empresa poderia até mesmo escolher unilateralmente adversários para a seleção. A CBF, apesar de ser pessoa jurídica de direito privado, participa do sistema nacional de desporto, estando obrigada a respeitar o princípio da soberania nacional — afirmou.

Comissão terá 11 membros titulares

Para que a CPI do Futebol seja instalada, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deve nomear os membros, de acordo com a indicação dos líderes partidários. Segundo o requerimento, obedecida a proporcionalidade dos partidos na Casa, a CPI terá 11 membros titulares e seis suplentes.

Pelo Regimento Interno do Senado, “a criação de comissão parlamentar de inquérito será feita

mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal”. Ou seja, com 27 assinaturas de senadores, uma CPI fica automaticamente criada. O requerimento para criação da CPI do Futebol teve 38 assinaturas.

Uma comissão parlamentar de inquérito tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, o que permite a realização de diligências, a convocação

de ministros, a audiência de qualquer autoridade, a inquirição de testemunhas e a requisição de informações ou documentos de órgão público. Nos atos processuais, aplica-se o Regimento Interno e, subsidiariamente, o Código de Processo Penal. O requerimento de criação da CPI estabelece prazo de seis meses para conclusão dos trabalhos e fixa em R\$ 30 mil as suas despesas.

País quer esclarecer denúncias, diz Álvaro

Ao defender seu requerimento pela criação da CPI do Futebol, o senador Álvaro Dias disse que o Senado deve dar “uma resposta competente, à altura das aspirações da sociedade, à sucessão de denúncias e escândalos envolvendo clubes, empresários, técnicos e jogadores de futebol”.

O senador também se referiu aos resultados de estudo realizado pela organização não-governamental Transparência Internaci-

onal, segundo o qual a corrupção no Brasil aumentou significativamente. O país estava no ano passado na 45ª posição, e caiu este ano para a 49ª, fato que Álvaro Dias considerou lamentável.

O Senado também ficaria em má situação, a seu ver, se porventura se omitisse na investigação das irregularidades que vêm sendo divulgadas pela imprensa em relação ao esporte que “mais apaixonou o povo brasileiro e é fonte

de oportunidades de trabalho e salário para número expressivo de pessoas”.

Vários outros parlamentares tentaram criar essa CPI, mas todas as tentativas foram frustradas por um “lobbysurpreendente”, segundo o senador. No caso da CPI a ser instalada pelo Senado, ele acredita que, lido o requerimento e publicado nos Anais da Casa, “não há possibilidade de recuo”.

Criação de CPLs marcou atividades da semana

Senadores deram voto favorável a comissões parlamentares de inquérito para investigar as ONGs e o futebol, e aprovaram também a instituição de serviço voluntário nas polícias militares e nos corpos de bombeiros

Duas comissões parlamentares de inquérito para investigar a atuação das organizações não-governamentais e irregularidades no futebol brasileiro foram criadas pelo Senado na semana que se encerra. Solicitada pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI do Futebol vai averiguar, entre outros fatos, denúncias de sonegação fiscal por clubes e atletas.

De iniciativa dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a CPI das ONGs vai apurar sobretudo a atuação de entidades na Amazônia e a aquisição irregular, por uma delas, de área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul de Roraima. A CPI vai investigar também a interferência das ONGs em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional.

Ao longo da semana, o Senado decidiu que os estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros. Na prestação voluntá-

ria desses serviços, estarão proibidos o porte ou o uso de arma de fogo, assim como o exercício do poder de polícia.

Foi aprovado texto determinando que somente em operações especiais o policial poderá usar capuz ou qualquer outro recurso que impeça sua identificação. Os senadores votaram também projeto de lei criando 340 novos cargos de procuradores da República, a serem preenchidos por concurso público. O objetivo da proposta, de iniciativa do Ministério Público, é estabelecer simetria entre o número de procuradores e de juízes federais, para assegurar o andamento harmônico da atividade jurisdicional.

O Plenário aprovou a indicação de Ilan Goldfajn, professor da PUC do Rio de Janeiro, para o cargo de diretor de Política Econômica do Banco Central, e devolveu às comissões técnicas dois projetos que estavam na pauta de votações. Para a Comissão de Assuntos Econômicos foi devolvido o texto com que o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pretendia impedir o governo

de alienar as ações excedentes do controle acionário da União sobre a Petrobras. Para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura foi enviado o projeto com que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pretende aperfeiçoar os critérios para a autorização de funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Na mesma semana, os senadores aprovaram um Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, pelo qual o Poder Executivo deverá realizar campanhas institucionais destinadas a esclarecer a população sobre essa doença. Aprovaram também iniciativa estabelecendo atendimento prioritário, nas repartições públicas, a portadores de deficiência, gestantes, lactantes e pessoas com mais de 65 anos.



O Plenário aprovou também a criação de um Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata

Na sessão do Congresso, parlamentares apóiam o Orçamento impositivo

Parlamentares da base governista e da oposição apoiaram na noite de quarta-feira, durante a votação de 24 créditos suplementares em sessão do Congresso Nacional, a proposta de criação do Orçamento impositivo, apresentada em junho pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. De acordo com a proposta, o governo passa a ser obrigado – e não mais apenas autorizado, como atualmente – a colocar em prática as dotações previstas no Orçamento da União.

Durante a discussão dos pedidos de créditos suplementares, dois deputados da oposição – o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP) e Giovanni Queiroz (PDT-PA) – criticaram o remanejamento de recursos e defenderam a adoção do Orçamento impositivo. Ao responder às críticas, no final da sessão, o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), lembrou os problemas herdados do longo período de hiperinflação vivido pelo país e disse que o Congresso precisa aprofundar a discussão sobre o tema.

– Nós temos que aprender juntos a fazer um orçamento impositivo. Aceito esse debate e acho que o governo quer fazê-lo. Isso não é um problema de situação e oposição, é um problema do país. A área técnica do governo deve procurar fazer um orçamento o mais fiel possível à realidade e o Congresso também precisa examinar tanto a receita como a despesa, senão nós ficamos no discurso fácil e na de-

magia – sustentou Madeira.

O líder do PT previu que a aprovação da proposta poderá transformar-se no “grande salto de qualidade” da discussão sobre o Orçamento, eliminando o que classificou de “casuismo absurdo” das votações de créditos suplementares. O debate sobre a aplicação de verbas públicas, previu o deputado, passará a ser muito mais rigoroso, uma vez que as dotações aprovadas pelo Congresso precisarão ser cumpridas.

– Chega de Orçamento autoritativo, votemos o Orçamento imperativo, porque aí realmente ele será cumprido – disse Mercadante, em um apelo que dirigiu, da tribuna, às lideranças da Câmara e do Senado e à Comissão Mista de Orçamento. “O Congresso Nacional terá a grande responsabilidade nacional de dizer quais são as prioridades do país e discuti-las com profundidade e rigor”, previu.

Ao comentar que a votação de créditos suplementares só se justificava no período de alta inflação, o deputado Giovanni Queiroz acusou o governo de estar despreparado para promover o planejamento do país e também defendeu a adoção de um modelo realista de orçamento. “Nós teremos em breve um novo orçamento e espero que o governo venha ao encontro daquilo que é anseio de todo o Congresso, no sentido de um Orçamento impositivo”, afirmou o deputado.

Redução do ICMS do trigo pode refletir no preço do pão e na geração de empregos

A redução de 12% para 7% da alíquota interestadual do ICMS cobrada sobre a farinha de trigo foi uma das mais importantes decisões tomadas pelas comissões técnicas do Senado ao longo desta semana. A redução da carga tributária, que se reflete sobre o preço do pão, servirá também para abrir mais empregos no campo, avaliou o autor do projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Osmar Dias (PSDB-PR).

A CAE também aprovou projeto de lei da Câmara que inclui creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental entre os beneficiários do sistema de tributação Simples.

Também nesta semana a CAE aprovou requerimento do senador Osmar Dias para a realização de inspeção do Tribunal de Contas da União sobre a auditoria realizada pelo Banco Central no Banco do Estado do Paraná (Banestado). O senador disse que foram gastos R\$ 5,1 bilhões no saneamento do Banestado, mas sua privatização será feita pelo preço mínimo de R\$ 434 milhões. Ele defendeu a suspensão

do leilão de privatização do banco.

Com base em relatório do senador José Eduardo Dutra, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) determinando que a nomeação de cônjuges, companheiros ou parentes até segundo grau para cargos em comissão seja acompanhada de exposição de motivos assinada pela autoridade responsável pela nomeação.

A CCJ também aprovou parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) favorável a projeto que define os crimes comuns e de responsabilidade cometidos contra as finanças públicas e as leis orçamentárias. A proposta complementa a Lei de Responsabilidade Fiscal e redefine o crime de denúncia caluniosa, incluindo no ordenamento jurídico brasileiro novos tipos penais concernentes à gestão orçamentária, financeira e fiscal do setor público.

Em decisão terminativa, a CCJ também aprovou projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) autorizando o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de

Desenvolvimento do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e a instituir programa especial de desenvolvimento desse pólo. A mesma comissão aprovou projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estende aos presidentes de juntas de Conciliação e Julgamento e aos juízes de direito investidos na jurisdição trabalhista a faculdade de conceder o benefício da justiça gratuita.

Já a Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto dispensando as instituições religiosas de recolherem a contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago a seus ministros. Pelo texto aprovado, o trabalho de ministro de confissão religiosa e de membros de instituto de vida consagrada não traduz prestação de serviço.

A Comissão de Educação aprovou, em caráter terminativo, projeto determinando que os manuais de instrução de eletrodomésticos sejam escritos também em braile. Ainda em decisão terminativa, a CE aprovou projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) para inscrever o nome do ecologista Chico Mendes no *Livro dos Heróis da Pátria*.

CI aprova indicações para a Agência de Águas

Em sessão marcada pelo debate sobre denúncias anônimas enviadas à comissão contra parte dos diretores indicados, foram acolhidos quatro nomes e adiada a apreciação de um quinto, para reunião a se realizar no próximo dia 5

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a indicação, pelo presidente da República, de Jerson Kelman para exercer o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e de Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, Lauro Sérgio de Figueiredo e Ivo Brasil para integrar o restante da diretoria da agência. Os senadores que integram a CI resolveram adiar a votação do outro diretor indicado, Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, para a próxima reunião da comissão, que deverá ser realizada no dia 5 de outubro.

O relator da mensagem presidencial que indicou Marcos Aurélio de Freitas para a diretoria da ANA, senador Arlindo Porto (PTB-MG), solicitou o adiamento da votação da matéria após tomar conhecimento do teor de denúncias anônimas recebidas pela presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

Arlindo Porto explicou que sua atitude não significava um julgamento, mas uma impossibilidade de apresentar um relatório conclusivo sem antes avaliar cuidadosamente as acusações.

Logo no início da reunião da Comissão de Infra-Estrutura, Emilia Fernandes comunicou aos senadores que, na noite anterior, recebeu correspondência anônima com onze documentos contendo denúncias contra três dos cinco indicados. Após opinar que isto se constituiria em um "fato novo", ela propôs que a partir daquele instante a reunião passasse a ser secreta, apenas com convidados e membros da comissão, para tratar do tema.

DEBATE

A partir da revelação da presidente, estabeleceu-se um debate entre os senadores sobre que posição adotar. Inicialmente, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) opinou que, se as denúncias eram anônimas, sequer deveriam ser levadas em consideração. Emilia retrucou que entre os documentos constavam alguns redigidos em papel timbrado de agências públicas e privadas. Osmar manifestou sua preocupação com a reputação dos indicados e discordou que a reunião fosse secreta.

Tentando um acordo, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu que as indicações fossem



aprovadas e que, até outubro — quando a matéria deveria ser apreciada pelo Plenário do Senado —, fosse feita uma investigação sobre a veracidade dos documentos. Osmar Dias, enquanto isso, propôs o adiamento da votação até a apuração das denúncias. Arlindo Porto insistiu que a sessão deveria prosseguir normalmente, concordando com Gerson Camata.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) lembrou a aprovação pelo Senado da indicação de Tereza Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central e seu posterior indiciamento pelo Ministério Público para insistir que a comissão deveria adiar a votação até o esclarecimento das denúncias. Por outro lado, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu a aprovação imediata e a apuração dos fatos até a matéria ser levada ao Plenário.

Criticando as denúncias pelo fato de serem anônimas, o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) também defendeu a votação da matéria pela comissão.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), concordou com a posição de Juvêncio da Fonseca, alegando que o adiamento colocaria sob suspeita os cinco indicados.

Depois de muita discussão, os senadores se reuniram secretamente em uma sala anexa ao plenário da comissão para conhecer o teor das denúncias. Analisadas as acusações, resolveram que só as informações sobre Marcos Aurélio de Freitas mereciam uma apuração mais detalhada.

A presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senadora Emilia Fernandes (na foto menor, com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho), submeteu ao plenário da comissão as denúncias contra os técnicos indicados pelo governo

Kelman promete processo contra autor de denúncia

Logo após ter seu nome aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura, por 14 votos favoráveis, o engenheiro Jerson Kelman, indicado pelo Executivo para ocupar o cargo de presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), lamentou o constrangimento por que passou em virtude de denúncias anônimas, enca-

minhadas um dia antes à senadora Emilia Fernandes, presidente da comissão.

Jerson Kelman, que naquele momento ainda não tinha tomado conhecimento do teor das denúncias, disse que iria analisar toda a documentação e, caso o seu nome estivesse incluído, encaminharia a papelada para exa-

me da Polícia Federal, com o objetivo de processar os autores.

Ele lamentou que não tenha debatido com os senadores os problemas que envolvem a questão dos recursos hídricos do país e, com relação às denúncias anônimas, disse que "os homens de bem têm a ousadia de se opor aos covardes e canalhas".

ANA vai ter autonomia administrativa e financeira

A Agência Nacional de Águas (ANA) foi criada pelo Executivo em julho deste ano e tem por finalidade implementar a política nacional de recursos hídricos. A ANA é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, e será administrada por uma diretoria colegiada, com cinco membros.

A agência possui autonomia administrativa e financeira e atuará em articulação com órgãos públicos e privados. Entre as suas atribuições, destacam-se a supervisão, o controle e a avaliação das ações e atividades para o cumprimento da legislação federal dos recursos hídricos.

Compete ainda à ANA fiscalizar o uso racional da água; disciplinar a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política nacional de recursos hídricos; e também autorizar o uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União.

QUEM SÃO OS QUATRO DIRETORES

Jerson Kelman, indicado para a presidência da Agência Nacional de Águas (ANA), é engenheiro civil e tem doutorado em hidrologia e recursos hídricos. É membro do corpo de consultores do Banco Mundial relacionado ao equacionamento econômico-financeiro da usina hidroelétrica binacional Yacyreta, na fronteira com a Argentina e o Paraguai.

Jerson Kelman tem 14 livros publicados, todos a respeito da questão hidrológica. Participou da diretoria da Associação Brasileira de Hidrologia e Recursos Hídricos, além de desenvolver trabalhos de orientação em diversas teses acadêmicas de mestrado e doutorado.

Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, indicado para exercer o cargo de diretor da agência, também é engenheiro civil, com especialização em hidráulica. É professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e participou de várias atividades de apoio à comunidade, principalmente estudos sobre águas subterrâneas, prevenção de enchentes e bancos de dados hidrometeorológicos.

Outro diretor indicado foi o engenheiro civil **Lauro Sérgio de Figueiredo**. Ele é especializado em portos e hidrovias, análise financeira de projetos e execução e fiscalização de drenagem de portos.

O nome do engenheiro elétrico **Ivo Brasil** também foi aprovado. Ex-presidente da Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama), é atualmente professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Amazonas.



Jerson Kelman



Benedito Pinto Ferreira



Lauro Sérgio Figueiredo



Ivo Brasil

Heloísa propõe perdão da dívida de países pobres

Senadora elogia resultado do plebiscito promovido pela CNBB e defende gesto de solidariedade do Brasil com devedores. Seria, segundo ela, um meio de demonstrar a possibilidade de construir uma nova ordem econômica mundial

O resultado do plebiscito sobre a dívida externa foi aplaudido pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), que, em discurso ontem no Plenário, parabenizou as entidades organizadoras pela iniciativa. O plebiscito foi promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e partidos de oposição.

A líder do Bloco Oposição informou que “a esmagadora maioria” votou favoravelmente à realização de uma auditoria das dívidas interna e externa e da revisão dos acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Não po-



Para Heloísa Helena, governo tentou “intimidar as forças vindas da sociedade e desmobilizar a opinião pública”

demos deixar que burocratas de plantão decidam sobre a política

econômica, sem ouvir a população que agüenta as consequências”, disse.

– Apesar da postura desqualificada do governo federal de tentar intimidar as forças vindas da sociedade e desmobilizar a opinião pública, tivemos, sem dúvida, uma participação gigantesca, com cinco milhões de pessoas que foram às

urnas – afirmou.

Heloísa Helena observou que esse

debate nacional resultou na apresentação de dois projetos. Um, na Câmara, determinando a realização de plebiscito oficial para discutir o tema; outro, de sua autoria, perdendo a dívida externa, com o Brasil, de países com PIB *per capita* menor do que o brasileiro.

De acordo com a senadora, 30 países estão nessa situação, devendo uma quantia que considera “irrisória”, por corresponder a apenas 0,3% do montante de juros anuais que o Brasil paga pela dívida externa. Ela destacou que o Brasil, ao ser solidário com esses países, estaria fazendo um gesto político “extrema-

mente importante” para apresentar à opinião pública internacional a possibilidade de construção de uma nova ordem econômica mundial.

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse que não houve plebiscito, porque não foram obedecidos os princípios jurídicos que regem o instrumento. Também em apartes, os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Marina Silva (PT-AC) afirmaram que, seja qual for o nome dado à pesquisa – plebiscito ou consulta popular –, cinco milhões de brasileiros disseram considerar as dívidas externa e interna prejudiciais à população.

Senadora sugere aprimoramento da Lei de Improbidade Administrativa

Projeto que pretende aperfeiçoar a Lei de Improbidade Administrativa foi apresentado ontem pela senadora Heloísa Helena. Em pronunciamento no Plenário, ela explicou que está propondo principalmente três mudanças: estender por prazo de três anos após a saída da função a exigência de apresentação de declaração de bens; determinar o fim do sigilo bancário no mesmo período; e

obrigar a Receita Federal a revisar todas as declarações entregues pelos agentes públicos.

As medidas têm como finalidade impedir que políticos e funcionários públicos pratiquem corrupção ativa, tráfico de influência e exploração de prestígio depois de deixar seus cargos ou mandatos. Nenhum servidor público ou detentor de mandato eletivo pode enriquecer se não se

apropriar de dinheiro público, na avaliação da senadora.

– Se ficam ricos, é porque roubaram. Agora estamos vendo o caso do ex-secretário-geral Eduardo Jorge, que ficou rico, depois de sair do cargo, usando sua experiência e prestígio para orientar empresas a fazerem negócios com o governo. É essa atividade que o projeto pretende coibir – afirmou.



Freire: suspensão do pagamento das dívidas pode permitir a prevenção de tragédias

Freire quer garantir recursos para que estados invistam em prevenção de calamidades

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou ontem projeto de resolução que permite a suspensão por 12 meses do pagamento de parcelas da dívida com a União pelos estados atingidos por calamidades. Segundo o senador, essa iniciativa pode evitar que tragédias como a registrada durante este inverno em Pernambuco e Alagoas voltem a acontecer.

Freire pretende que, com a suspensão do pagamento, os estados possam investir em projetos estruturadores que solucionem problemas ocasionados pelas chuvas e outras intempéries, como inundações e desabamentos. Em vez de depender de aportes de recursos da União, o projeto, na opinião do senador, poderia oferecer as condições necessárias para que esses estados fizessem investimentos nas áreas e municípios afetados.

– Se não forem tomadas providências, os estados talvez sejam surpreendidos por outro inverno como o passado. Somente assim um inverno rigoroso po-

derá ser festejado pelos nordestinos e não visto como uma tragédia – afirmou.

O projeto apresentado por Freire altera a Resolução 78/98 e, além de prever a suspensão do pagamento, propõe a alteração do cálculo dos juros, enviando as parcelas cujo pagamento foi adiado para o final do prazo de financiamento.

– Essa proposta pode significar um passo importante para que algo seja feito, com o objetivo de evitar tragédias, que não sejam apenas iniciativas emergenciais – declarou.

JUIZADOS

Freire apresentou ainda um projeto de lei que determina a criação de juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal. Para ele, essa medida deve significar maior agilidade para a Justiça, o que atende a um dos princípios da Reforma do Judiciário. Para o senador, os juizados que já existem na Justiça comum representam uma experiência que deve ser estendida à esfera federal.

Brasil deve buscar a erradicação total da aftosa, afirma Arlindo Porto

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) manifestou preocupação com os riscos de ocorrência de novos focos de febre aftosa no Rio Grande do Sul – a doença já era considerada erradicada na região há sete anos. “O Brasil não deve apenas manter a febre aftosa sob controle, mas erradicá-la totalmente de seu território para que não seja ameaçado o desenvolvimento da bovinocultura na economia nacional”, disse.

Arlindo Porto observou que os países desenvolvidos, que compram os produtos pecuários brasileiros, já são normalmente muito exigentes e impõem barreiras fitossanitárias rigorosas aos produtos que adquirem dos países do Cone Sul. Com as recentes notícias, ele teme que o protecionismo se torne ainda maior e venha a prejudicar os produtores brasileiros.

Para impedir a queda das expor-



Porto: se conseguir erradicar a aftosa, o país poderá ser o maior exportador de carnes do mundo

tações, o senador sugeriu que o governo, em conjunto com a iniciativa privada, adote um sistema de vigilância sanitária em conformidade com as prescrições internacionais, objetivando combater a aftosa e outras doenças que afetem os rebanhos. Ele recomendou rigor na fiscalização e no controle das condições dos animais e também a ado-

ção de mecanismos de certificação de origem e qualidade de seus produtos. Para o senador, essas ações devem, inclusive, estender-se aos países que compõem o Mercosul.

– Creio mesmo que esse objetivo deva ser continental e não só brasileiro. Com os milhares de quilômetros de fronteira seca com nossos vizinhos ou limites por rios de fácil transposição, é praticamente impossível impedir a migração de rebanhos – salientou.

Arlindo Porto citou ainda diversos dados para mostrar o potencial do país no setor de agronegócios e previu que, se forem mantidas e ampliadas as conquistas já alcançadas na erradicação da aftosa, o Brasil terá condições, em cinco ou seis anos, de tornar-se o maior exportador de carnes do mundo, com receita de mais de R\$ 6 bilhões em carne bovina, suína e de frango.

Porto Alegre terá a 46ª Feira do Livro

Segundo o senador Pedro Simon, a mostra será inaugurada no dia 27 de outubro e vai ter como patrono o escritor gaúcho Barbosa Lessa. O Senado participará da exposição

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou a realização, de 27 de outubro a 15 de novembro, da 46ª Feira do Livro de Porto Alegre. Organizada pela Câmara do Livro da capital do Rio Grande do Sul, a mostra terá este ano como patrono Barbosa Lessa, escritor, historiador, folclorista, biógrafo, romancista, cronista



Simon destacou a importância da mostra

e contista gaúcho, com 59 obras publicadas.

Vários nomes internacionais já participaram da feira, como vencedores do Prêmio Nobel de Literatura, a exemplo do português José Saramago e do espanhol José Camilo Cela, além de agraciados com o Prêmio Pulitzer, como Michel Cunnighan, Fernando

Arrabal e Mário Vargas Llosa.

Segundo Simon, a intenção dos criadores da exposição, entre eles o jornalista Say Marques, que organizou sua primeira edição em 1955, era popularizar o livro, ao oferecer uma ampla oferta com descontos significativos.

— Até então, as livrarias gaúchas eram consideradas elitistas. Poucos as frequentavam, com exceção da época de compra de material didáti-

co, no início do ano escolar. Assim sendo, o lema dos fundadores era: “Se o povo não vem à livraria, vamos levar a livraria ao povo”.

O senador Simon também destacou a participação na Feira do Livro de Porto Alegre, desde 1998, do Senado Federal, que tem apresentado em seu estande seus produtos editoriais, promovido tardes de autógrafos e permitido o acesso à página da instituição na Internet.

“Improviso” mostra sábado o melhor do jazz brasileiro

O programa *Improviso — Jazz sem fronteiras*, que vai ao ar no sábado, às 20h, pela Rádio Senado FM, coloca em evidência o melhor do chamado jazz Brasil. O gênero reúne veteranos e novos talentos que formam um importante segmento no universo do jazz. Muitos desses músicos são compositores e intérpretes consagrados no âmbito da música popular brasileira e já foram absorvidos pela indústria cultural, enquanto outros ainda atuam como independentes.

Os grupos Cama de Gato e Tamba Trio, além dos músicos Paulo Moura, Lisa Ono, Raul Mascarenhas, João Donato, Victor Biglione e Antonio Carlos Jobim, são alguns dos nomes que estão programados para a edição do *Improviso* desta semana.

O programa, produzido e apresentado pelos jornalistas Vinicius Becker e Flávio de Mattos, é reapresentado aos domingos, às 23h30.

TV apresenta entrevista com especialista ortomolecular

A TV Senado leva ao ar nos próximos sábado e domingo, sempre às 11h e às 23h, entrevista com o especialista em medicina ortomolecular Eduardo Gomes, que fala sobre as novidades quanto à desintoxicação do organismo con-

taminado por metais pesados. Geriatria de formação, Gomes expõe seu pensamento sobre o consumo de vitaminas e compostos hormonais. O especialista fala também sobre a correção dos solos brasileiros, a saída, na sua opinião,

para garantir aos alimentos produzidos no país a quantidade adequada de sais minerais e fornecer as condições necessárias à formação de uma “super-raça”.

Na entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Gomes se defende das acusações de pouca seriedade científica que são feitas contra ele por médicos tradicionais. Além de “igno-



rantes”, os que o atacam estariam comprometidos com a indústria farmacêutica, chamada pelo especialista de “indústria da doença”.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Saúde/Unip* — O futuro da medicina — Genética — parte 2
5h — *TV Escola* — Brasil 500 Anos: Entre a fé e a espada
5h30 — *Cores do Brasil* — Folclore goiano
6h — *Saúde/Unip* — O futuro da medicina — Genética — parte 2
6h30 — *Cidadania* — Sen. Lúcio Alcântara e o ministro Walter Costa Porto, do TSE, falam sobre o dicionário do voto
7h30 — *Entrevista* — Sen. Djalma Bessa fala sobre o plebiscito
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Brasil 500 Anos: Entre a fé e a espada
9h — Sessão Plenária (viva)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Revista Brasília*
19h30 — *Cidadania* — Sen. Artur da Távola e Reco do Bandolim, presidente do Clube do Choro de Brasília, falam sobre o Dia Nacional do Choro
20h30 — *Entrevista* — Sen. Djalma Bessa fala sobre o plebiscito
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Canal Médico* — TRH II
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Peça *Além da Vida*
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — *Corisco e Dadá*, de Rosemberg Cariri

AMANHÃ

2h — *Saúde/Unip* — O futuro da medicina — Clo-

nagem — parte 3
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Especial Jucelino Kubitschek*
3h30 — *Entrevista* — Sen. Marina Silva fala sobre o controle social das políticas públicas
4h — *Saúde/Unip* — O futuro da medicina — Clonagem — parte 3
4h30 — *Jornal do Senado*
5h — *Canal Médico* — Proteus — aula 12
6h — *TV Escola* — 500 Anos: O Brasil-Colônia na TV — Cana de mel, prego de fel
6h30 — *Agenda Econômica* — Agnaldo Lelis, secretário de Agricultura do DF, fala sobre agricultura
7h30 — *Entrevista* — Sen. Lauro Campos fala sobre o plebiscito da dívida
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Brasil 500 Anos — Na companhia dos holandeses
9h — *ABD no Ar* — Possibilidades de um cinema barato
9h30 — *De Coração* — Dia Mundial do Coração — dr. Mário Maranhão
10h — *Quem tem medo de música clássica?* — Astar Piazzolla
11h — *Entrevista Especial* — O médico Eduardo Gomes fala sobre como envelhecer com saúde
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre o desenvolvimento e o desemprego
13h — *TV Escola* — 500 Anos — Dos grilhões ao quilombo
13h30 — *Agenda Econômica* — Agnaldo Lelis, secretário de Agricultura do DF, fala sobre agricultura
14h30 — *Espaço Cultural* — Show *Duo de flauta e violão*
15h30 — *Especial Jucelino Kubitschek*
16h — *Canal Médico* — Hipertensão arterial — parte 1
17h — *Revista Brasília* — nº 11
18h — *Quem tem medo de música clássica?* — Astar

Piazzolla
19h — *Tela Brasileira* — Djalma Batista
19h30 — *Debate* — Sen. Pedro Simon, o prof. Paulo Kramer, da UnB, e o embaixador da Colômbia, Samuel Navas, falam da política da América do Sul
20h30 — *Entrevista* — Sen. Djalma Bessa fala sobre o plebiscito
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Chiquinho França in Concert*
23h — *Entrevista Especial* — O médico Eduardo Gomes fala sobre como envelhecer com saúde
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — *Corisco e Dadá*, de Rosemberg Cariri

DOMINGO

2h — *Saúde/Unip* — Meningite
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Especial Jucelino Kubitschek*
3h30 — *Entrevista* — Sen. Djalma Bessa fala sobre o plebiscito

4h — *Saúde/Unip* — Meningite
4h30 — *Jornal do Senado*
5h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão
5h30 — *Saúde/Unip* — Meningite
6h — *TV Escola* — Brasil 500 Anos — Na companhia dos holandeses
6h30 — *Cidadania* — Sen. Artur da Távola e Reco do Bandolim, presidente do Clube do Choro de Brasília, falam sobre o Dia Nacional do Choro
7h30 — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre o desenvolvimento e o desemprego
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Brasil 500 anos — A conquista da terra e da gente
9h — *Tela Brasileira* — Djalma Batista
9h30 — *De Coração* — Dia Mundial do Coração — dr. Mário Maranhão
10h — *Quem tem medo de música clássica?* — Astar Piazzolla
11h — *Entrevista Especial* — O médico Eduardo

Gomes fala sobre como envelhecer com saúde
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista* — Sen. Lauro Campos fala sobre o plebiscito da dívida
13h — *TV Escola* — Brasil 500 Anos: Entre a fé e a espada
13h30 — *Cidadania* — Sen. Artur da Távola e Reco do Bandolim, presidente do Clube do Choro de Brasília, falam sobre o Dia Nacional do Choro
14h30 — *Espaço Cultural* — Show *Duo de flauta e violão*
15h30 — *Especial Jucelino Kubitschek*
16h — *Canal Médico* — Hipertensão arterial — parte 1
17h — *Revista Brasília* — nº 11
18h — *Quem tem medo de música clássica?* — Astar Piazzolla
19h — *ABD no Ar* — Possibilidades de um cinema barato
19h30 — *Agenda Econômica* — Agnaldo Lelis, secretário de Agricultura do DF, fala sobre agricultura
20h30 — *Entrevista* — Sen. Marina Silva fala sobre o controle social das políticas públicas
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Chiquinho França in Concert*
23h — *Entrevista Especial* — O médico Eduardo Gomes fala sobre como envelhecer com saúde
24h — *Revista Brasília*

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (viva)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste. Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Cabral quer aperfeiçoar a reforma do Judiciário

Relator da matéria no Senado, ele já começou a colher sugestões para propor modificações no texto aprovado pela Câmara dos Deputados

Designado como relator da proposta de reforma do Judiciário, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse ontem que a matéria exige reflexão e necessita de aperfeiçoamento com relação ao texto aprovado pela Câmara. "É claro que desta vez o Senado não vai ser apenas uma câmara alta a bancar o cartório que reconhece firma", afirmou. Segundo o senador, a reforma do Judiciário necessita de mudanças estruturais.

Pelas contribuições que lhe têm chegado às mãos de todo o país e por conversas pessoais mantidas com outros senadores e ministros dos tribunais superiores e dos tri-



Cabral: Senado não vai "banciar o cartório que reconhece firma"

bunais federais regionais, Cabral avalia que a proposta aprovada na Câmara "deve ser amadurecida".

Ele anunciou que pretende ouvir e debater a proposta de emenda constitucional com todos os segmentos interessados, inclusive o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo Castro. Por esse motivo, informou, tem se recusado a conceder entrevistas sobre o assunto.

Para o relator, é impossível reformar o Judiciário sem atacar a fundo o problema dos recursos e das condições adequadas a um trabalho eficiente. Jefferson Péres (PDT-AM) apartou Cabral para

dizer que a reforma do Judiciário está em boas mãos, concordando que, mesmo tendo sido amplamente debatida na Câmara, sua importância não justifica qualquer adocamento para aprovação. Ainda que tenha de voltar à Câmara, com possibilidade de demorar mais dois anos, o relator deve reabrir o debate sobre a reforma do Judiciário, defendeu Jefferson.

José Alencar (PMDB-MG) reiterou a opinião de Jefferson e repassou a Cabral material que recebeu sobre a unificação de tribunais de alçada aos de justiça, já realizada por alguns estados. Agnelo Alves (PMDB-RN) manifestou sua preocupação com o fato de os juízes estarem concedendo seguidas medidas liminares que acabam por ter força de lei, já que eles não têm prazo para julgar o mérito.

Roberto Requião lamenta a falta de investigação sobre atos do governo

Ao analisar o impasse criado pelo cerco de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) à fazenda do presidente Fernando Henrique, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou indignação com a imprensa e com o Ministério Público por não terem aprofundado as investigações sobre como o presidente adquiriu o imóvel por apenas R\$ 1.600, conforme teria declarado à Receita Federal. Também criticou o Senado por não ter convocado o ex-senador e ex-ministro José Eduardo Andrade Vieira para explicar as denúncias de que teriam sobrado no "caixa dois" da primeira campanha presidencial cerca de US\$ 100 milhões.

— O ex-ministro afirma, com todas as letras, que o caixa dessa quantia era Sérgio Motta, e que, posteriormente, esses recursos eram administrados por Eduardo Jorge Caldas, que cuidava até das despesas pessoais do presidente. Mas isso não se aprofunda, e a imprensa estabeleceu uma autocensura em relação aos deslizes do Executivo. E o Senado não tem a menor intenção de aprofundar. Por que não uma CPI ao invés de uma subcomissão sem

poderes para investigar? — questionou.

Ele acrescentou que a origem dos problemas com os sem-terra está no total abandono da agricultura no país e na falta de uma política para a reforma agrária. Segundo ele, há 15 anos o governo chegava a investir R\$ 20 bilhões no setor, mas, hoje, os investimentos não chegam a R\$ 8 bilhões. No Paraná, completou, 20 unidades produtivas agrícolas são fechadas por dia.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) condenou a tentativa de invasão das terras de familiares do presidente da República, por ser considerada produtiva, mas sugeriu ao governador Itamar Franco, de Minas, que desapropriar a fazenda e crie ali uma estação experimental. José Alencar (PMDB-MG) manifestou preocupação com tratamento dado pela imprensa ao episódio, pondo em risco "as tradições de respeitabilidade de Minas Gerais". Heloísa Helena (PT-AL) apoiou o MST e disse que suas iniciativas demons-



Fazenda de FHC deve ser investigada, diz o senador Requião

tram a falta de uma política de reforma agrária no país.

JUDICIÁRIO

Roberto Requião também defendeu a criação de um órgão externo para fiscalizar o Judiciário. Ele já apresentou projeto com esse objetivo, baseado nos modelos adotados na Espanha, em Portugal e na Argentina. Considerada inconstitucional, a proposta foi rejeitada mas, adiantou o senador, será reapresentada.

Informou ainda que está apresentando, juntamente com os demais senadores paranaenses, emenda ao projeto de reforma do Judiciário que visa racionalizar e dar agilidade à Justiça Federal, através da criação de tribunais regionais federais (TRFs) nos estados do Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pará. Álvaro Dias (PSDB-PR) justificou a apresentação da emenda informando que, somente no TRF do Rio Grande do Sul, mais de 950 mil processos aguardam julgamento de apenas dez juízes.

Ricardo Santos sugere maior taxaço sobre ganhos de capital

O Imposto de Renda sobre os ganhos de capital deve ser a principal fonte da arrecadação federal, disse o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) ao analisar a simplificação da tributação sobre consumo conforme a proposta de reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados. Na opinião do senador, a iniciativa deve proteger os interesses dos assalariados, sem comprometer a arrecadação.



Para Santos, a reforma tributária não pode onerar os assalariados

Ricardo Santos informou que o Brasil tem carga tributária de Primeiro Mundo, igual a 32% do Produto Interno Bruto (PIB) sem, no entanto, a exemplo do que fazem aqueles países, transformar o imposto sobre a renda em sua mais importante fonte de arrecadação. Nos países mais ricos, o Imposto de Renda corresponde em média a 40% da arrecadação, enquanto é pouco superior a 10% no Brasil.

O senador fez um breve histórico da tramitação da reforma tributária na Câmara. Em agosto, uma comissão encarregada de estudar o assunto apresentou um documento com a posição consensual

do governo federal e pelos estados. O deputado sugeriu também a reunião do PIS, da Cofins e do salário-educacão em uma única contribuição, o que foi apoiado pelo Ministério da Fazenda.

Maguito Vilela critica aplicação de multas pela Justiça Eleitoral

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou ontem, em Plenário, procedimento da Justiça Eleitoral que vem aplicando multas a políticos sob a alegação de que estariam promovendo campanha eleitoral fora do período permitido. Maguito afirmou que os políticos



Na opinião de Maguito Vilela, o Congresso deve rever a legislação

não têm como controlar os eleitores, que manifestam sua intenção de apoiar determinado candidato a qualquer momento. Diante dessa situação, o senador sugeriu que o Congresso altere a legislação vigente sobre o assunto.

Maguito narrou que, nos últimos dias, percorreu o Entorno de Brasília e todo o estado de Goiás, quando viu muros pintados e camisetinhas com sua fotografia e com mensagens indicando seu nome

dos estados sobre um novo modelo para o ICMS. A proposta uniformiza o imposto em todo o país e cria uma câmara de compensação para gerir os recursos do ICMS interstatal.

Na Câmara, o deputado Mussa Demes (PFL-PI) apresentou substitutivo propondo

que estados e União compartilhassem a arrecadação de um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) com duas alíquotas, uma estadual e outra federal, proposta rejeitada pelo governo federal e pelos estados. O deputado sugeriu também a reunião do PIS, da Cofins e do salário-educacão em uma única contribuição, o que foi apoiado pelo Ministério da Fazenda.

O governo tem outras propostas para a reforma tributária, conforme enumerou o senador, a partir de declarações do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Entre elas, a criação de um novo ICMS com quatro alíquotas e a criação de dois novos impostos: um federal, sobre bens e serviços em substituição ao atual IPI; e outro municipal, sobre vendas, para substituir o ISS.

ao governo estadual em 2002. Por esse motivo, Maguito prevê que deve ser multado novamente pela Justiça Eleitoral.

— Como eu controlo essa situação? Como vamos impedir o povo de se manifestar em favor deste ou daquele candidato, mesmo que as eleições sejam apenas em 2002? Isso independe da vontade do político. Que culpa tenho eu? Este é um problema do Senado, um problema do Congresso e nós temos que mudar essa legislação — afirmou.

O senador disse que foi multado em mais de R\$ 300 mil nas últimas eleições, apesar de ter feito uma campanha "humilde". Se tivesse que pagar as multas, continuou, teria que vender todo o seu patrimônio.